

Exame Final de Direito Constitucional

1.º Semestre | Ano letivo 2021/2022

04/01/2022

Duração: 3 horas

Apenas é permitida a consulta da Constituição da República Portuguesa.

Leia atentamente todas as questões. O exame tem 2 (duas) páginas.

UTILIZE DUAS FOLHAS DE PONTO – UMA PARA RESPONDER AOS GRUPOS I E II E OUTRA PARA RESPONDER AOS GRUPOS III E IV

Grupo I

Tendo em conta as disposições transcritas abaixo da Constituição da Argentina de 1853, responda, sucinta e fundamentadamente, às seguintes perguntas:

- a) As Províncias argentinas são regiões autónomas ou, apesar do seu nome, Estados federados? (2 valores)
- b) A representação das Províncias argentinas no Senado é mais parecida com a representação dos Estados no Senado americano ou com a representação dos *Länder* (Estados) alemães no *Bundesrat* (Conselho Federal)? (2 valores)
- c) Compare a Argentina com os Estados Unidos da América e com a Alemanha do ponto de vista (i) do seu sistema de governo e (ii) do modo de designação do seu Chefe de Estado. (4 valores)

“Artigo 1.º: A Nação Argentina adota a forma federal, republicana e representativa de governo, nos termos desta Constituição¹.”

Artigo 5.º: Cada Província adotará a sua própria constituição, de acordo com os princípios, declarações e garantias da Constituição Nacional. O Governo Federal garantirá a todas as Províncias o pleno exercício dos poderes das suas instituições.

Artigo 44.º: O Poder Legislativo da Nação será investido num Congresso composto por duas Câmaras, uma de Deputados da Nação e uma de Senadores eleitos pelas Províncias.

Artigo 54.º: O Senado será composto por três senadores por cada província, que serão eleitos em conjunto. Cada Senador terá um voto.

Artigo 87.º: O Poder Executivo da Nação será investido num cidadão com o título de “Presidente da Nação Argentina”.

Artigo 94.º: O Presidente será eleito pelo Povo, numa eleição a duas voltas. Para esse fim, o território nacional contará como uma única circunscrição eleitoral.

Artigo 96.º: A segunda volta, quando necessária, será disputada entre os dois candidatos mais votados dentro de trinta dias após a primeira volta.

¹ Nota: “forma de governo” na linguagem desta constituição não significa necessariamente o mesmo que na linguagem, em português, da teoria geral do Estado.

Artigo 121.º: *As Províncias conservam todos os poderes que não tiverem delegado no Governo Federal através desta Constituição*”

Grupo II

Responda brevemente a apenas duas das quatro seguintes perguntas.

- a) Distinga, dando um exemplo de cada, entre normas constitucionais precativas e programáticas. (1 valor) ✓
- b) Distinga, dando um exemplo de cada, entre constituições normativas e nominais. (1 valor) ✓
- c) Distinga entre transição constitucional e revisão constitucional. (1 valor)
- d) Dê um argumento contra e um argumento a favor da ideia de constitucionalismo europeu. (1 valor)

Grupo III

Responda a duas das três seguintes perguntas.

- a) Identifique quatro aspetos da Constituição da República Portuguesa de 1976 que tenham sido influenciados por experiências constitucionais estrangeiras. (3 valores) ✓
- b) Identifique os modos de exercício de poder constituinte na história constitucional portuguesa. (3 valores) ✓
- c) Explique de que modo o pensamento de Rousseau e Montesquieu contribuiu para o constitucionalismo francês. (3 valores)

Grupo IV

Resolva o seguinte caso prático.

Kim da Quarteira é uma empresária conhecida pelo seu sentido de humor invulgar e pelas festas extravagantes que organiza no seu bar. Para entreter os clientes, Kim inventou o espetáculo dos “gladiadores da rua”. A sua empresa procura os sem-abrigo mais vulneráveis e desesperados de Quarteira e organiza combates que apenas terminam quando um dos gladiadores sem-abrigo ficar inconsciente. O vencedor recebe comida suficiente para se alimentar por uma semana. Alguns perdedores já ficaram com danos neurológicos graves.

O Governo acaba de aprovar um Decreto-Lei que proíbe serviços de entretenimento degradantes, que explorem a vulnerabilidade económica dos intervenientes e que lhes causem lesões físicas sérias. Kim argumenta que esse Decreto-Lei é inconstitucional, uma vez que, segundo afirma, a liberdade de iniciativa económica privada, consagrada no artigo 61.º, n.º 1, da CRP, garante constitucionalmente à sua empresa o direito de prestar os serviços que entender.

Tem razão? (4 valores)